



MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 09 DEZEMBRO DE 2024

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O QUINQUÊNIO 2025/2029 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 107154**, datado de **2024.11.26**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.11.18, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta em epígrafe, para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar dos citados documentos, o qual foi dado a conhecer a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Senhor Presidente** apresentou e submeteu a discussão os documentos indicados em epígrafe, resultantes do trabalho interno dos serviços municipais, com as sugestões colhidas após distribuição de documento preliminar pelos senhores vereadores. Foi cumprido o estatuto do direito de oposição, em conformidade com o n.º 3, do artigo 5.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

---- A proposta do orçamento importa tanto na receita, como na despesa, em **77.969.500,00€** (setenta e sete milhões, novecentos e sessenta e nove mil e quinhentos euros). -----

---- O processo encontra-se instruído com a informação registada sob o n.º 102.146/2024, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**. -----

---- (Aprovado em minuta)”. -----

----- Tomando a palavra, o **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** fez uma breve apresentação sobre os principais pontos da matéria em análise. -----

----- Finda a exposição, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição proferida, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, Grupo Municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município são mais do que um amontoado de documentos contabilísticos, são sobretudo a estratégia política do executivo municipal para o próximo ano e a orientação para os seguintes. -----

Partindo do contexto geopolítico em que nos encontramos, marcado por um pós pandemia cuja recuperação económica tem sido lenta, a que acresce a manutenção de vários conflitos entre



países, verifica-se assim, uma grande instabilidade dos mercados que, apesar das graduais descidas, resultam numa inflação ainda elevada e, por isso, é um orçamento que apesar destas várias condicionantes tem obrigação de fazer com que a população do concelho tenha melhores condições para viver mas que ao mesmo tempo esteja preparado para as incertezas que possam advir do respetivo contexto em que vivemos. -----

Perante tudo isto, o executivo municipal apresenta-nos um Orçamento de 78 M€, uma subida de 17,5 % em relação ao ano anterior, que por sua vez já tinha aumentado na mesma ordem de grandeza. -----

Tendo em conta que este é o último de 4 orçamentos apresentados por este executivo, parece-nos importante realçar a evolução dos orçamentos ao longo do mandato: -----

2022 – 53,9 M € (aumento 10,9%) -----

2023 – 56,5 M € (aumento 4,8 %) -----

2024 – 66,4 M € (aumento 17,4 %) -----

2025 – 78,0 M € - isto significa um aumento do valor global do orçamento de 24 M € em 4 anos, que se traduzem num aumento de 45% de mais verbas ao serviço de todos os ourenses e que está à vista de todos o que se consegue fazer com uma melhor gestão e angariação de dinheiros públicos. -----

Se compararmos o orçamento agora apresentado com o orçamento de 2017 em que o executivo socialista ainda governava a câmara, existe um aumento de 40 M €. Trata-se de uma duplicação de valor em apenas 8 anos. -----

Estes sucessivos e impressionantes aumentos do valor global dos orçamentos municipais demonstram a coragem em assumir cada vez mais competências que se tinham vindo a degradar sobre a alçada do governo central, mas demonstram também de forma muito clara outra coisa: a capacidade que este executivo tem tido em conseguir captar e aproveitar os fundos comunitários existentes para fazer mais obra e com isso captar mais pessoas e investimento e, através disso, melhorar a vida dos ourenses. Esta será uma das principais diferenças entre o executivo apoiado pela coligação Ourém Sempre face aos liderados pelo Partido Socialista, pois se esta trajetória tivesse sido tomada anos antes, Ourém estaria hoje ainda melhor. -----

Passando a analisar mais em detalhe o orçamento apresentado verifica-se que: -----

- Pelo lado da receita: -----



- Um aumento em impostos diretos de 2,9%, um aumento pouco acima da inflação esperada para este ano, apenas devido ao crescimento da economia local, dado que praticamente todas as taxas se mantiveram. Salienta-se que a receita relativa aos impostos, taxas e tarifas, aquilo que pode vir diretamente dos ourenses é inferior a 20% do valor total do orçamento. -----

- A nível de transferências correntes salienta-se o assumir de cada vez mais competências que tem havido, na saúde, mas também a continuação no âmbito escolar e ação social. Este aumento ocorre mesmo tendo em conta uma quebra de 1,7M€ devido principalmente ao facto de no ano anterior ter havido uma verba considerável para a intervenção sobre as áreas ardidadas que assolaram o Norte do concelho em 2023. -----

- A nível de transferência de capital, ou seja, as transferências de verbas para o município por parte de estruturas centrais do estado para despesas não correntes, é onde se verifica o maior aumento, superior a 40%, de cerca de 7 M €. Salientam-se 6,6 milhões do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana para financiamento de habitação para arrendamento a custos controlados, bem como 11,9 milhões de euros resultantes de financiamentos comunitários e do PRR. Este valor de cerca de 12 M€ permitirá a execução de algumas obras que sem estas verbas não seriam possíveis, mas também demonstra que o executivo tem feito um trabalho exemplar em aproveitar os fundos disponíveis e já muito elogiado por municípios vizinhos. Esta grande qualidade do município permite o avanço de obras como o centro de saúde de Ourém e de Fátima, a Loja do Cidadão em Ourém, a reabilitação da EB2/3 D. Afonso IV Conde, a Avenida Irmã Lúcia de Jesus em Fátima e a Rua da Castela em Ourém, o Centro Escolar Fátima Estádio e a Promoção da Acessibilidade Inclusiva também em Fátima. -----

- Do lado da despesa, aumentando todas as despesas correntes por vias da inflação que não vale a pena aprofundar aqui pela pouca expressão, salienta-se o seguinte: -----

- Um aumento das transferências correntes e de capital muito significativo, de cerca de 7,5%, sendo cerca de 1,7M€ para as freguesias, 1,7M€ para associações sem fins lucrativos, cerca de 600 m€ para as famílias através do apoio à natalidade e de 1,6 M€ para as associações de municípios ao abrigo da cada vez mais justificada compra conjunta que permite poupanças como é um bom exemplo o que tem acontecido no âmbito dos transportes e mobilidade. -----

- A nível de despesa em bens de investimento e de domínio público, ou seja, obras, falamos do aumento substancial deste orçamento, com variações de quase 80% e 24% respetivamente. Em valores absolutos são mais 8,3 M € face ao ano anterior para Escolas, creche das Louças,



Centros de Saúde e habitações, mas também mais 4,1 M€ para Requalificação das avenidas já enunciadas e para o Parque Desportivo de Fátima, para o restante troço da estrada de Minde e para várias estradas como por exemplo a requalificação da EN356 em Rio de Couros. Falamos de um valor em obras de cerca de 40M€ para o ano de 2025 que representa um aumento 46% face ao ano anterior que já por si só foi muito bom. -----

Em suma, iremos ter muito mais obra à custa de trabalho e não de mais impostos. Em termos de receitas próprias a variação é quase nula, a grande variação está principalmente nos outros financiamentos que têm um aumento de 28,5%. Só em termos de fundos comunitários este orçamento prevê um aumento de 5,6 M€ face ao ano anterior. Isto é o que se espera do nosso executivo, que planeie e aproveite as oportunidades e, apesar de parecer uma coisa simples, é uma das grandes bases do sucesso e ao alcance de poucos. -----

Realça-se ainda uma diminuição das despesas de funcionamento em 3,5% que demonstra também o rigor que se tem pautado a gestão do município numa poupança de 1,2 M € face ao ano anterior. -----

O que ainda pode surpreender é que tudo isto se tem conseguido de forma muito controlada, dado que o município tem uma dívida de 6 M€ quando o seu limite é de 52,3 M€. -----

Por tudo isto, por principalmente ser um orçamento que se propõe fazer à custa do trabalho deste executivo municipal e não à custa dos ourensens, mas pelos ourensens, o Grupo Municipal do PSD dará toda a concordância e suporte ao Orçamento e Grandes Opções tendo em conta a grande ambição demonstrada e parabeniza o executivo pela estratégia seguida, fazendo votos que continue com muitos projetos e obras que melhorarão todos os dias a vida dos Ourenenses.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante Grupo Municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, primeiro uma palavra para que não fiquem a mal-entendidos, absolutamente nenhuns. A questão da mudança de paradigma, da apresentação do Orçamento, aqui em sede da Assembleia Municipal, foi algo que o Grupo Municipal do PS, nos últimos cinco anos tinha defendido. Tenho uma enorme estima pessoal e profissional pelo Dr. Fernando Marques, nada disso em causa. Para nós é uma causa, uma questão de forma, o que faria sentido era o Presidente da Câmara, que é quem faz o Orçamento vir defendê-lo, como nunca vimos, no Orçamento Geral do Estado, ser o Diretor Geral do Orçamento a apresentar o Orçamento. É uma questão de forma. É uma questão



política. O que estamos aqui a discutir é uma questão política, e para nós sempre fez sentido que assim fosse. As coisas eram feitas assim anteriormente, tudo bem, mas sempre foi a nossa opinião, nos últimos cinco anos. O senhor Presidente da Câmara já tinha mudado a forma de apresentar aquando da reunião do Executivo, já foi desta maneira, portanto achamos que assim está mais correto. -----

Deixem-me aproveitar também para responder algumas das questões que aqui foram colocadas, não me cabe a mim dar explicações. O está aqui está em causa é o executivo e é isso que estamos a avaliar. Quando falamos da quebra de receitas, eu convidava-vos a ver a diferença de receitas entre 2017 e 2024 e aí está explicado onde é que nós fundamentamos os nossos pedidos de descida. -----

Agora uma pergunta que lhe quer fazer, que sinceramente não sei, mas como é uma verba tão relevante deste Orçamento, pergunto se tem noção da diferença de trabalhadores que existe entre 2017 e 2024 no Município. Consegue apurar esse número? Sempre foi um valor relevante, obviamente, a questão com o pessoal e tenho alguma curiosidade em saber essa diferença. -----

O orçamento, como todos os orçamentos, até há pouco houve até uma publicação nas redes sociais, todos os orçamentos estão obviamente empolados com a questão do arrendamento acessível, um programa do Governo anterior ao abrigo do PRR, e que nós sempre defendemos aqui. Aliás, fomos os primeiros, o senhor Presidente da Câmara, se bem se lembra, aquando da apresentação dos dois projetos aqui na Assembleia, logo no primeiro protocolo nós dissemos que era muito possível fazer mais e, acima de tudo, também descentralizar, não ser só Ourém e Fátima, que fazia sentido levar para outros locais do nosso concelho. Felizmente, o senhor Presidente acabou por concordar connosco, e vai acontecer em Caxarias, no Vilar queijarias, vai acontecer no Vilar. Não esqueçamos que isto tinha um PRR com financiamento exclusivo, ou seja, praticamente, o Município é barriga de aluguer, recebe as verbas, faz a obra e no fim entrega a obra. Portanto, acho muito bem que tenha fomentado ainda mais a questão do rendimento acessível. -----

Uma última nota também em relação ao IMI, quando fala do IMI do PS em 2011, quando o Município estava intervencionado, depois de décadas de gestão do PSD, parece-me uma comparação pouco séria, acho que não faz sentido. -----



Basicamente é isto. Mas, gostava que me respondesse essencialmente à questão dos funcionários, se conseguir.” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, Representante Grupo Municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Excelentíssimos Senhores Vereadores, -----

Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia Municipal e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e demais Autarcas, -----

Excelentíssimos Senhores Funcionários, -----

Excelentíssimos Convidados, -----

Excelentíssimos Senhores, Representantes dos Órgãos da Comunicação Social, -----

Todos aqueles que nos acompanham através da transmissão online desta sessão Plenária, Minhas Senhoras e meus Senhores. -----

Volvidos três anos de governação municipal da coligação PSD-CDS, e já na reta final do presente mandato autárquico, apraz-nos a realização desta sessão plenária, em jeito de balanço de análise ao estado atual do Município de Ourém. -----

Começo esta intervenção por, em nome do Grupo Municipal do CDS-PP, congratular o Executivo Municipal pela forma exemplar e coerente do exercício da sua governação, já vai no final do segundo mandato, à frente dos destinos do município de Ourém. -----

Os munícipes deste concelho, no decorrer destes dois mandatos, têm visto obra feita, talvez não ao ritmo do que muitos desejavam, mas Roma e Pavia não se fizeram num dia, assim diz a velha expressão emanada da sabedoria popular. Muito se fez, e muito mais está para ser feito, requerendo tempo e esforço. O concelho de Ourém tem crescido e tem-se desenvolvido em todo o tipo de infraestruturas, sempre com o foco de melhorar a qualidade de vida de quem reside neste concelho. -----

Como o CDS-PP tem vindo a dizer, neste mesmo fórum, desde há vários anos a esta parte, não há concelho que consiga crescer e desenvolver-se com uma carga fiscal exagerada. Nem o nosso, nem nenhum. Por isso, acreditamos piamente e defendemos que a descida de impostos é uma condição fulcral para alcançar um patamar de crescimento que potencie o tecido empresarial local, para que o nosso concelho continue a afirmar-se como uma terra de oportunidade. -----



Na sequência da análise do documento em apreço, o mesmo foi elaborado ao longo de meses de trabalho e resulta da visão do Executivo PSD/CDS. Consideramos que, em matéria de equilíbrio orçamental, esta proposta prevê a concretização de vários projetos e soluções para o concelho e em prol do concelho. -----

Gostaria de aproveitar o facto para enaltecer o rigor e disciplina orçamental do qual o executivo municipal nos tem brindado nos últimos anos pois, apesar da diminuição de impostos diretos comparativamente a anos anteriores, constata-se um aumento do investimento, sendo este um aspeto a salutar pelo CDS-PP, pois prova que a execução orçamental será tanto mais disciplinada quanto mais rigorosa tivesse sido a elaboração das projeções. -----

Senhor Presidente da Câmara de Ourém, pode contar com o nosso voto favorável ao documento apresentado. -----

Em virtude desta quadra festiva, quero, em meu nome e em nome do CDS-PP, desejar a todos vós e a todos os ourenses, um Santo e Feliz Natal e um Ano Novo muito próspero. Que 2025 nos possa trazer paz, alegria, saúde e muita esperança. -----

Muito obrigado” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, Representante Grupo Municipal MOVE, expôs o seguinte: “Orçamento 2025. Havia muito para dizer, mas não temos tempo. Ainda assim, permitam-me que relembre aqui, e já o faço pelo quarto ano consecutivo, o facto de O Move apresentar as suas propostas, neste caso, os contributos para o Orçamento 2025. Enviámos os contributos a 4 de setembro, pelas dez horas e 11 minutos. Mas, para dizer que, e tivemos no verão passado essa discussão a nível nacional com o Partido Socialista a queixar-se que não poderia, digamos assim, dar os seus contributos para o Orçamento Geral do Estado de forma avalizada, uma vez que não tinha acesso à informação. E transpondo essa realidade nacional para a nossa realidade local, é verdade que não é de todo, de acordo com as regras, a que se peça em agosto, os contributos da oposição, sendo certo que ainda vamos num horizonte que não nos permite ter acesso a um documento que, se calhar, por essa altura, ainda nem sequer está feito e portanto acho, continuo a achar, quatro anos depois, que é muito injusto pedirem-se contributos das oposições quando nem sequer conhecemos esses documentos. E, de facto, não é isso que resulta da lei. Podemos interpretá-la, cada um à sua maneira, mas é facto que deveria, e aqui deixem-me louvar a Junta de Freguesia da Piedade, pelo menos num dos anos,



que nos facultou, e não estou a dizer se foi este ou outro executivo, o orçamento antecipadamente para nós podermos, com base nele, fazer as nossas propostas. -----

Ainda assim, fizemos propostas ao nível da gestão da água, por exemplo, da energia, do ambiente, da floresta e da biodiversidade, da saúde, da ação social, da habitação, da cultura e associativismo, do património e arqueologia, do bem estar animal, da educação, enfim, uma panóplia de sugestões que foram plasmadas num documento de cerca de 3 a 4 páginas e que, julgamos nós, poderão eventualmente ter servido para a elaboração deste orçamento, ou pelo menos, se não foi, que de futuro, elas possam ser aproveitadas. Portanto, deixar aqui esta nota que, de acordo com a lei, de facto, as oposições têm o direito a conhecer antecipadamente, pelo menos um esboço de orçamento, e não é de todo correto pedirem-se esclarecimentos ou contributos, neste caso em agosto, para um Orçamento que depois é aprovado em dezembro. Em relação ao Orçamento propriamente dito, e eu estava aqui a ler aquilo que foi a declaração de voto da senhora vereadora do Partido Socialista, eu não posso deixar de concordar com ela, quando se escreve, por exemplo, que é um facto que há uma verba mais reduzida este ano para as freguesias, e nós sabemos que, como o senhor Presidente da Câmara lembrou ainda há pouco, e bem, se o IMI em 2015, foi de 0,33%, isso deve-se ao Move, assim como se deve também ao Move, na altura, no tempo da gestão socialista, um reforço das verbas para as freguesias. E, nota-se neste Orçamento, como dizia, uma redução, assim como também noto, por exemplo, uma redução, ou melhor, um valor, ainda que incipiente, digamos assim, na área do ambiente. E, se nós queremos preservar o ambiente, no futuro, e salvaguardar o interesse das futuras gerações, acho que uma aposta, um bocadinho mais forte, na questão do ambiente, que é aquilo que é uma questão candente nos dias de hoje, entre outras, claro está, acho que esse reforço deveria ser incrementado neste Orçamento. -----

Ainda assim, reconheço um esforço grande do Executivo para fazer uma programação, a cinco anos, de todo este conjunto de projetos de investimento que são aqui elencados. Também é verdade que estamos a apostar, digamos assim, para o ano de 2025, a conclusão ou o início de muitos investimentos em que, por acaso, até há eleições. Não sei se é coincidência ou não, mas a verdade é que, digamos assim, é um esforço significativo e que o Move, sabe reconhecer aqui. -----

Portanto, para terminar, dizer que é sempre difícil fazer um Orçamento, porque aquilo que são as opções de uma cor política poderão não ser, obviamente, as opções da cor adversária. ----



Se me perguntassem onde é que eu poderia cortar aqui ou ali, talvez encontrasse 2 milhões onde pudesse cortar sem comprometer, digamos assim, o panorama geral do orçamento, mas se calhar, no folclore ou nas rubricas de aspetos que poderiam ser suspensos durante o ano, penso que facilmente poderíamos chegar a esse valor sem comprometer, como digo, a ação, digamos assim, geral do investimento ou da política do Executivo. Mas isso são contas de outro rosário. -----

Dizer por fim e com isto termino, que o Move, reconhecendo o esforço que a Câmara está a imprimir neste Orçamento, ainda assim nos iremos abster-se. -----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Começo pelo senhor Deputado João Pereira, para lhe dizer o seguinte: há pouco, na questão dos monos, referi que convinha estar atualizado, à data de hoje, para poder também depois aqui tecer algumas considerações. E aqui também lhe digo o mesmo, porque efetivamente, nós pedimos o contributo a todos os partidos para que nos entregassem esses contributos até ao fim de agosto. O Move, como disse e bem, entregou no dia 4 de setembro, às dez e 11, confirmo. Mas, depois de termos uma primeira versão do Orçamento, voltámos a enviar já o primeiro Draft do Orçamento para os partidos políticos, para que eles nos pudessem dar já a sua opinião sobre esse Draft e mais algum contributo, e o Partido Socialista, honra lhe seja feita, fez isso, apresentou uma segunda versão, e o Move não apresentou. Portanto, senhor deputado, lamento dizer-lhe que, mais uma vez, está equivocado naquilo que nos trouxe aqui. Depois, em relação ao senhor Deputado Nuno Baptista. Em relação ao número de funcionários, obviamente que hoje, o Município tem muito mais funcionários do que tinha no passado. Desde logo porque, quando iniciámos funções tivemos que incorporar 183 trabalhadores que os senhores tinham numa Empresa Municipal Ourém Viva, que era um verdadeiro sorvedouro de dinheiros públicos e, portanto, logo aí aumentámos em 183 trabalhadores. Segundo, obviamente que temos mais trabalhadores por força da descentralização, temos mais competências na área de educação, temos mais competências na área da saúde, temos mais competências na área da ação social. Obviamente que temos que ter mais trabalhadores. Eu não lhe posso dizer quantos trabalhadores tínhamos em 2017, hoje aqui, posso-lhe trazer isso numa próxima reunião, se assim o entender, mas, posso dizer



que, hoje, a Câmara deve ter perto de 550 trabalhadores, fruto destas alterações que aqui já lhe falei. -----

Depois, pode dizer que é um preciosismo, mas só uma pequena correção em relação a habitação. Como disse e bem, nós somos quase que uma barriga de aluguer do IRU, porque efetivamente o dinheiro vem todo do IRU, exceto na aquisição de três bens que também poderia ser o IRU a fazer, e nós tivemos que o fazer, porque tudo o que sejam aquisições a particulares, que é o caso, terá que ter autorização do Sr. Primeiro Ministro, neste governo e no anterior, e isso está a demorar uma eternidade e nós não podíamos estar a esperar e, nesse sentido, tivemos que avançar para adquirir o imóvel em Caxarias, o imóvel em Vilar dos Prazeres, que será feita a escritura, no próximo dia 16, assim como o imóvel em Penigardos, aqui em Ourém. Os dois maiores em Fátima e Ourém, foi o IRU, foi feito há mais tempo. Mas, nestes três, dizer que temos que ser nós a fazer esse esforço, porque senão não conseguiríamos ter os projetos concluídos a tempo dos prazos que temos indicados, portanto dizer esta pequena correção em relação àquilo que nos disse, porque também tivemos que fazer esse esforço. -----

Penso que era o que tinha para responder a estas questões. -----

Muito obrigado.” -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 06 ABSTENÇÕES – 05 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE; 27 VOTOS A FAVOR – 22 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 01 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 33 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Assembleia Municipal de Ourém, 09 dezembro 2024 -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,